

# Os vinhos em Portugal (1300-1820).

Um sector de sucesso na agricultura  
bloqueada do Antigo Regime.



A u r é l i o d e O l i v e i r a \*

Vão permitir-me, que esta minha comunicação decorra mais a jeito de Ensaio (necessariamente também muito sintético) do que a nível de estudo histórico ‘propriamente dito, isto é, do estudo de caso, pontual, embora o que aqui se afirma possa ser, em todos os passos, fartamente documentado. Não nego que também possa ser algo contestado. Mas estes Encontros reuniões científicas são o lugar ideal para que isso possa acontecer.<sup>1</sup>

## I. Os cereais. “*Um mal necessário*”. Um abandono forçado.

1. Os pontos essenciais da minha intervenção constam da Síntese apresentada.

O cabal desenvolvimento daria um tratado alargado. No contexto da historiografia nacional, em algo certamente polemizado. Na verdade, ele pretende e quer pôr em causa dois dogmas com os quais se conformou a historiografia nacional para o sector agrário. A saber: um castigo decretado pela Providência para a terra de Portugal (entre todas as demais da Península e da Europa retirando-lhe todas as capacidades naturais de alimentar o Povo que a mesma Providência aqui “botou” (ou despejou); depois, a muito propalada e falada ignorância congénita das gentes do campo desprovidas das necessárias capacidades culturais para pôr a terra a produzir. Quer dizer: *ab initio* uma dupla e inultrapassável desgraça.

\* Professor da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Investigador do GEHVID.

<sup>1</sup> Comunicação apresentada no Congresso Internacional VIII Seminario Iberoamericano. “Viticultura y Ciencias Sociales”. Universidad de Talca. Janeiro. 2006.

2. Um segundo ponto para o qual convém chamar a atenção, é que no sector concorrem várias componentes e actividades ou sub-sectoros. Para além de condicionalismos exógenos e endógenos que, em paralelo, inevitavelmente os condicionaram e afectaram, eles se apresentam diferenciáveis, com sortes e destinos comuns mas também, por vezes, bem diversos e diferentes, nem sempre convergentes. Não convém, por isso, meter tudo no mesmo saco, quando sobre as actividades primárias se simplificam demasiado os juízos, caindo às vezes na banalidade e no lugar-comum.

a) Apenas um exemplo: na mais recente e bem apresentada História de Portugal, cobrindo dois períodos completamente diferentes, nos deparamos com afirmações como estas:

- a) Referente ao Século XVI: “*só aparentemente (no sector agrícola) nos poderemos pronunciar por alterações positivas*”: (História de Portugal, direc. de José Matoso, Lisboa). Para já, apenas um reparo: Se os avanços no sector industrial se fazem por pequenos passos até à segunda metade do Século XVIII ou mesmo século XIX, como se poderiam esperar saltos nestes períodos e neste sector? *Natura saltus non dat!* É evidente e demonstrável que em termos de volume de produção houve progressos na agricultura portuguesa do século XVI e em vários dos sectores. Não sempre, naturalmente. Mas há que limitar e caracterizar o Tempo – construído por tempos curtos, médios e longos – que um Século é um período cronológico muito largo.
- b) Para o século XVIII, apenas também uma ilustração: O sector agrícola (referindo-se especialmente os cereais – que não são tudo): Diz-se *todo o século, se encontrou (ou permaneceu) mergulhado numa crise de longa duração e não consta que tenha sequer chegado a conhecer momentos de crescimento*” (Hist. de Portugal. Direc. José Matoso. Círculo de Leitores. Lisboa. 1993. vg. 81). Eis uma afirmação e um juízo (de gravidade, aliás) que também não está comprovado pela generalidade dos estudos já vindos alume (e também por algumas razões da mesma índole anterior. Um Século tem cem anos – há que delimitar períodos pois nele se verificam movimentos bem diferenciáveis.

Não é possível sustentar estas afirmações. Tanto para o século XVI como para o XVIII. (Deve até, afirmar-se, pelo contrario, que o século XVIII, ao ritmo normal dos ciclos económicos, seria aquele em que pela primeira vez se registaram melhorias muito significativas (recuperando perdas que havia sofrido desde a primeira metade do século XVII). Mais: por entre atrasos e “rotineirismos” há aí, alguns





“pirilampos” de modernização, pontuais que sejam, que têm que ser introduzidos na apreciação do sector.

(NB: Em síntese, para o Século XVI tomamos a liberdade de remeter para *O tempo económico no tempo de Gil Vicente* (“Revista de Guimarães”. Ano. 2002. Guimarães. 2003) e para *Braga e o Arcebispado no tempo de D. Fr. Bartolomeu dos Mártires. (1559-1582)* (“Revista de História” da Faculdade de Letras do Porto. II. Série. Vol. XIV. Porto. 1977). Ainda *O pão e o Vinho no País do Douro. 1500-1820*. Em “Douro. Estudos e Documentos”. Ano de 2005. GEHVID. Porto. 2006. Para o Século XVIII, remetemos para *A Abadia de Tibães. 1630-1813. Propriedade, exploração e produção agrícolas no Vale do Cávado durante o Antigo Regime*. Porto. 1979. 2 vols. e para *As actividades económicas na segunda metade do Século XVIII* em “História de Portugal”. Direc de A. H. e Oliveira Marques. Infelizmente ainda hoje no Prelo)

Em resumo: não há, nem num nem noutro, comportamentos lineares que permitam afirmações daquele tipo.

3. A carência cerealífera endémica da terra portuguesa advinda dos condicionamentos edafo-climáticos adversos é ponto praticamente assente dentro da produção historiográfica portuguesa, residindo nesses factores a normalidade da constante e ininterrupta importação de cereais para alimentar a sua população, ao que parece, desde Adão e Eva até aos nossos dias.

Tem-se repisado, assim, e até à exaustão, a maldição inata da terra e a ignorância das suas gentes para a produção agrícola nacional e em particular dos cereais. (mas poderíamos falar de outros produtos agrícolas: Referindo o caso específico das lãs (a asserção, porém, de modo algum lhe é exclusiva): “eis aqui as razões porque a Hespanha e Portugal, tendo o mesmo clima, os mesmos solos e as mesmas condições se desigualaram tão espantosamente no ramo da produção”. Ferreira Lapa, *Teclogia*. III. 171). São os motivos, as causas edafo-climáticas (sobretudo agora para Setecentos) que mais voltam a ser sublinhados como das maiores responsáveis pela estafada incapacidade de produção e conseqüente insuficiência alimentar da população portuguesa.

Ora:

1º: é seguro que não foi sempre assim.

2º A generalização nem sequer é verdadeira.

4. Não dispendo embora das condições ideais, (nem todos as tiveram, aliás) sustentadas ou não por estudos que, por vezes, se atropelam por não encontrar as condições máximas para a melhor produção, de modo algum reside aí a principal

causa da insuficiência produtiva da terra portuguesa. Aliás, dessas condições físicas ideais nem todos dispuseram, inclusive, alguns países ou regiões que habitualmente exportaram cereais. Nem vale a pena citar exemplos.

Assim, quanto ao 1º ponto: a) algumas vezes exportou a terra exportou cereais. (Da Idade Média ao Século XIX). b) alguma liberdade de circulação no primeiro período e bastou algum alívio ou benefício proteccionista, em particular, depois da Revolução Liberal, para que os mesmos lavradores e as mesmas terras, com as mesmas condições climáticas, produzissem o suficiente para a população; e bastaram, mais tarde ainda, as leis proteccionistas, pondo travão à enxurrada de cereais estrangeiros, para que a terra com as mesmas condições edafo- climáticas produzissem para si a ainda sobejasse para alimentar momentaneamente a exportação!; (Lobo d'Avila. 14-15). As leis e algumas providências contra a entrada livre de 1837 a 1854, poderão ter fomentado algum contrabando, mas a coisa não era nova, e a produção manifestamente que melhorou muito (Jaime Reis. *A lei da fome*).

As terras, isto é, a Província, produzia normalmente para si própria e frequentemente exportava para fora do seu circuito, às vezes até para o estrangeiro. O responsável pela importação permanente e habitual tem um nome e uma localização física: – a Capital, um (ou o) enorme centro consumidor, totalmente franqueado aos cereais estrangeiros desde o início do Século XVI. Essa capital volver-se-ia, rapidamente, no maior concorrente da produção nacional. *A Capital devorava* (e devorou) *as Província*- (Rebelo da Silva, *História de Portugal nos Séculos XVII e XVIII*; a capital do País volveu-se, transformou-se, no maior inimigo e concorrente da restante da terra portuguesa (Don José de Aldama Ayala *Compendio Geografico-estadístico de Portugal*). Os cereais dos campos de Portugal eram, por regra, sempre superiores em preço aos estrangeiros que passaram a entrar francos e livres: Quer dizer: uma dupla incapacidade edafo-climática! Só um tolo poderia produzir para este mercado! O abandono da agricultura dos cereais foi uma resposta racional das gentes (e ante outras pesadas circunstâncias, que aqui passamos em branco), e não uma imposição climática inultrapassável do território!<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> Em síntese: “Desde 1821 em que se publicou a primeira lei proteccionista até 1855 deixou( de haver importação de trigo e chegou a exportar-se nos anos que decorreram de 1838 a 1855...Com este regime protector não foram prejudicados os consumidores pois baixou o preço médio do trigo.... De 1855 a 1888 facilitou-se novamente a importação de acordo com as ideias livre cambistas então em voga e a importação aumentou decaindo a produção nacional... o País passou a produzir sucessivamente menos e o lavrador que persistia no cultivo a perder e a empobrecer cada vez mais.... A Lei de 1888 estabeleceu tarifas para a importação. Iniciou-se uma nova época de alguma protecção à lavoura. mas a importação continuou. Foi preciso a lei de proteccionista de 1889 que só permitia





Muitos testemunhos para o século XVI anotam, em geral a condições não diria as melhores ou as mais excelentes, mas normais para uma produção regular da terra. Por vezes, anda até, anda bem sublinhando a sua fertilidade. E, na verdade, se encontraram, por aqui e por ali, de Norte ao Sul do País, índices de rendimento por unidade, que igualam os das melhores terras da Europa. O mesmo se diga para o século XVII e o mesmo se diga ainda para Setecentos.

Para o Século XVIII até se poderá permitir ou remeter para o juízo de Pombal, (que bem se poderia queixar de alguma adversidade trazida pelo início de um novo ciclo climático que se desencadeava por meados do Século e que traria dificuldades à generalidade ao sector agrícola). O atraso da agricultura nacional não reside – segundo o clarividente estadista – nas condições particularmente adversas da terra portuguesa. Seria coisa estranha e espantosa – sublinha – que a Providência tivesse castigado desse modo um só País de Europa). As causas da improdutividade e dos atrasos residem mas noutros factores (a cuja correcção entregaria parte da sua política).

Por seu turno, o primeiro Intendente que nomeou para a Agricultura nacional, depois de percorrer todo o país, verberou solenemente a rebatida *cantilena da esterilidade* – que assim designa – em que alguns se refugiavam para justificar os atrasos e as insuficiências produtivas do Reino (Ferrari Mordau, *O Despertador da Agricultura*), e, sobretudo, a necessidade inelutável da importação (que foi sempre crescendo em Lisboa – sempre à medida do seu crescimento demográfico e em redor da qual se alimentavam grossos interesses estrangeiros e também alguns nacionais.) O apologista Adrien Balbi que deixou desse país o mais completo estudo estatístico e analítico, pensa e ajuíza do mesmo modo: Na verdade, indo ao cerne da questão e contrariamente ao que muitos opinam, se expressa deste modo: “*a Providência quis favorecer o agricultor português mas esse favor do céu tornou-se inútil perante erros dos homens*” (*Essai Statistique sur le Royaume de Portugal*. Vol. I. 51).

5. Para nós (e a análise e a lição dos documentos históricos dificilmente podem permitir outra conclusão), as maiores condicionantes não foram, efectivamente, a estranha adversidade dos factores físicos e naturais da terra portuguesa como, sobretudo, os bloqueios exógenos impostos à terras e às gentes, decorrentes da administração política e económica desde o Poder central à dos inúmeros poderes

---

a entrada de trigos em condições especiais e atinentes a garantir o consumo da produção nacional para que a produção voltasse a fazer-se com interesse. Finalmente a lei de 1891 restringiu ainda mais a importação de trigos exóticos autorizando-o só em caso de preços excepcionais dos nacionais ou acima de determinada tabela (60 reis /kg. ) (O Regime dos Cereaes. Lisboa. 1899).

locais (colectivos ou particulares). Isto é, essencialmente dos Municípios, que agiam como verdadeiras republicas independentes e verdadeiramente hostis às populações não amuralhadas e, mais graves ainda, se confinantes. Ainda pelos finais do século XVIII as populações de concelhos vizinhos se entendiam e comportavam como estranhas e como estrangeiros uns em relação aos outros e as cidades hostis aos campos e vice-versa. Esta Administração impediria, de facto, o desabrochar de solidariedades económicas espaciais e geográficas bloqueando a constituição de tecidos alargados que teriam potenciado o crescimento dos centros consumidores, o crescimento de mercados locais ou regionais, a circulação dos produtos. Outros estrangulamentos são causa e consequência dessas políticas localistas: as dificuldades de circulação e a ausência de transportes.

Quer dizer, e em resumo, uma verdadeira discriminação económica e político-administrativa (como social, pois que até a circulação das gentes se chegou e impedir), do território desde o poder central às ditas administrações municipais. Condições e bloqueios particularmente gravosos durante a época Moderna, em que por todo o lado surgem os grandes mercados e os grandes fluxos mercantis, na dupla dimensão da activação dos mercados e comércio internos, aos comércios externos e onde, por seu turno, os interesses frumentários ganham uma dimensão extra-regional muito grande.

Ora, como dissemos, os inícios do Século XVI marcam uma data fatídica para os campos de Portugal ao permitir o Monarca a entrada livre de cereais estrangeiros na capital, isto é, no maior centro consumidor do país, enquanto que os da produção interna continuavam carregados de direitos para ali podem ser metidos e transaccionados, servindo-se algumas vezes esses monarcas dos dinheiros desse pão, para agraciar, apaniguados e beneficiados.

As administrações Municipais retalharam o território nacional num verdadeiro minifúndio administrativo. Com a sua restrição à circulação dos géneros agrícolas, sobretudo o pão, (o mesmo problema com as carnes, com graves reflexos também na pecuária) e com a sua política das taxas exorbitantes e sistematicamente baixas reduziram e, depois, anularam todo o interesse económico em produzir para além das necessidades mínimas alimentares do círculo familiar ou das decorrentes da estrita satisfação das rendas, as quais com os demais encargos tornaram praticamente impossível acumular excedentes, acumular capital, logo, proceder a inovações técnicas e até culturais, ao aproveitamento e exploração de terrenos novos ou marginais que não visassem a satisfação mínima do crescimento demográfico e familiar. Finalmente, a própria constituição dos foros impedia, ou muito dificultou, por seu turno, a introdução de culturas novas (passando também pelo peso de todo





o tipo de encargos, dos quais se não obtinha retorno com preços compensadores): “muitas vezes valia mais o trigo na eira do que no mercado”. E já dizia no século XVI Diogo Bernardes, lá dos férteis campos e lezírias do Lima: é o lavrador obrigado a vender por três e quatro o que lhe custa seis sete e oito. (em A Oliveira, *O tempo económico*). E Mirada documenta também esse esmagamento da terra e das gentes dos campos de Portugal (pelas taxas municipais e preços artificialmente baixos) que os poderes estabelecidos nunca quiseram corrigir ou inverter:

*“que vejamos como demos  
cousas sem preço, por preço  
que lhe tão baixo pusemos.  
Santo Deus!  
A que estado nós descemos!...*

(Sá de Miranda, “Obras Completas”. Clássicos Sá da Costa. II. 75).

A política egoísta e umbiguista do Município travou em muitos sectores o desenvolvimento das terras e das gentes. Não vale a pena ilustrar historicamente a afirmação. Estão aí todas as provas e documentos históricos que o podem confirmar. Um bom conhecedor de toda esta problemática afirmava ainda esta realidade no dealbar do Século XX. *“as diligências empregadas para favorecer o operário da cidade ... (e para mais com os géneros agrícolas abaixo dos preços da produção) não tem ponto de comparação com o abandono a que é devotado o operário dos campos”* (Avila. 12). Em resultado, um sistema regulador injusto de consequências excessivas de que resultaram sistematicamente perdas para o produtor a diminuição das culturas e, no final, as fomes ou a recorrência abusada das carestias e das fomes e (Avila. 66). Sem exigir as melhores condições ou as condições ideais, poderíamos concluir “que não é de facto pela falta de terras aptas à produção que todos os anos se têm que importar cereais para os maiores centros consumidores” (Andrade. 41; 161).

## II. O sector dos Vinhos. Um produto estratégico e vantajoso.

6. Todavia, nem todos os sectores agrícolas não dispendo embora, também eles, dos melhores condicionalismos edafo-climáticos sofreram o mesmo destino dos cereais!

Pela sua importância alimentar e económica são os cereais e os vinhos os sectores de maior relevância da agricultura portuguesa do ao longo de todo o Antigo Regime.

Os vinhos, a par de alguns outros produtos, como as frutas, por exemplo, não constituindo um produto alimentar básico logo, não essencial, para a estratégia alimentar das cidades, puderam beneficiar de maior liberdade de circulação, gozando até de uma invejável liberdade de movimentação. As peias – algumas frequentemente iludidas e desrespeitadas) não advieram tanto das necessidades rígidas da alimentação urbana, como do seu interesse económico para a política urbana: as taxas que sobre eles recaíram serviram sistematicamente às administrações municipais para custear obras e melhoramentos públicos, para atender a imposições e derramas do poder central, para custear, até, a entrada mais livre de outros produtos alimentares essenciais como aconteceu com os mesmos cereais. Um produto não vital, do ponto de vista alimentar, mas estratégico, primeiro para a política municipal depois, para o próprio poder central que em várias circunstâncias a ele recorreu também. Frequentemente se volveria na principal fonte de receita destas administrações. Logo, um produto de cuja movimentação e circulação a cidade tirava o melhor proveito e os seus produtores muito maior vantagem que os feitos com os cereais (que só os arrematadores das rendas senhoriais ou os grandes senhorios puderam juntar em quantidade para, sempre com dificuldade, levar aos centros consumidores).

Por outro lado, livre das imposições e livre da vigilância apertada, a sua circulação ampliou-se: do consumo local ao regional, e do local e regional ao ultramarino ou internacional, tornando-se num produto agrícola vantajoso para o comércio, vantajoso para as rendas e vantajoso para a própria produção. Deve dizer-se também que o seu desequilíbrio na constituição ou estrutura da renda fundiária o favorecia claramente: pouca representatividade e pouco peso relativamente aos cereais. E, como não era essencial à alimentação, os excedentes ou a pequena produção pôde movimentar-se e “interessar” desde o do grande ao pequeno lavrador.

Todos o fizeram, mas numa primeira fase, a vinha e os vinhos apresentaram-se como um produto aristocrático: isto é: só se puderam entregar á sua produção (própria ou exigida e seleccionada na renda) aqueles que pelas rendas fundiárias que usufruíram, puderam dispensar a cultura directa do pão, (que lhes estava garantido pelo encaixe das rendas foreiras); depois, pelo próprio privilégio da sua venda em mercado: o *relego*, um privilegio real ou senhorial que impedia a venda livre e particular da bebida enquanto o “senhor”-senhorio) tivesse os seus odres por esvaziar! Ora, para além dos vinhos próprios, muitas vezes se socorriam estes das pequenas produções para ampliar ou garantir, por mais tempo, esse *relego*. Depois, uma outra espécie de *relego* que, para além dos privilegiados da nobreza, puderam usufruir as aristocracias endinheirada que foram investindo e constituindo





propriedades agrícolas e achegando-se ao estatuto daqueles. *Os direitos do cutelo*, isto é, o direito que dava privilégio aos que tivessem vinhos de lavara própria, de os poderem vender livres das taxas municipais. Direito que ainda permaneciam pelo século XVII e XVIII. Garantia-se, pois a venda já não em exclusivo, mas livre de direitos, dos vinhos de lavra própria e de que, em geral, era detentora a melhor aristocracia das terras, como sistematicamente aconteceu no Porto – a cidade ou centro vinhateiro por excelência em Portugal durante este período. Sempre contra os protestos dos restantes lavradores e, até, da plebe do Município (e da sua rede de vendeiros). Este direito do cutelo possibilitou e deu azo a largo contrabando, pela compra e aquisição de vinhos alheios, para depois serem vendidos como próprios. (Mas movimentariam, a seu modo, a produção).

7. Assim, contrariamente aos cereais, e por esse lado com mercados solicitadores sempre em crescimento e sucessivamente alargados, os vinhos vieram a tornar-se um sector de uma rentabilidade e de um interesse económico crescente, para os particulares, para os Municípios e, em breve, para o próprio poder Central.

De origem aristocrática bem marcada, todos os que foram podendo, se foram metendo à sua cultura, pois aí encontraram sempre uma margem de interesse muito mais elevada, apesar de o pão ter um a procura rígida (que poderia ter assegurado uma produção crescente) e este produto não ter as mesmas garantias de consumo assegurado. Mas a liberdade de circulação fez a diferença, alargando a procura, e incentivando à sua cultura. Satisfeitos os encargos estritos das rendas, assegurado o mínimo alimentar daqueles que possuíam ou laboravam as terras, a escolha foi unidireccional: a aposta no vinho que rapidamente se tornou um produto estratégico da economia familiar do pequeno ao grande lavrador e ao senhorio aristocrático – laico ao eclesiástico. (E não se nega que para estes, outros sectores se tenham também imposto como alternativos. Passemos-los).

A maior liberdade de circulação foi, sem dúvida, um dos ingredientes para que o consumo, extravasasse as estritas necessidades familiares (onde aliás, era um produto dispensável) e assim crescesse constantemente alargando os tratos e as clientelas neles envolvidos, posicionando-se francamente para os mercados. Foi um dos raros produtos

que mais cedo se posicionou e desenvolveu em função do interesse vantajoso do mercado. A produção tornou-se, assim, *interessante* isto é, *com interesse* e mesmo *alto interesse*, para todo o tipo de agricultor que passou a contar com o vinho como um elemento importante da sua estratégia económica e fundiária: os

que puderam alargaram sucessivamente os terrenos dedicados aos vinhos (mas não reduzindo os do pão a ponto de pôr em causa o auto-abastecimento familiar. É um erro histórico e um anacronismo pensar e afirmar o contrário: o pão foi e seria sempre para o campesinato (sobre quem recaía, durante os tempos aqui em análise, praticamente todo o encargo da produção – *um mal necessário* parafraseando Jacques Mulliez; e que um Comentarista nosso dizia em 1893 ter funcionado sempre ou quase sempre como *um recurso extremo* o vinho ou a vinha, porém, um bem de larga conveniência estratégica. (*A Revisão*, 24).

Um pequeno exemplo aduzido por Elvino de Brito – que aos vinhos e à coisa agrícola dedicou valiosos estudos – pode dar-nos, outrossim, a ideia exacta da importância da vinha na economia familiar do camponês: Diz: se um agricultor com 4-5 hectares de terra, destinar à vinha  $\frac{1}{4}$  dessa área, fica garantida à sua exploração um êxito seguro e um exercício regular. As outras culturas poderão então ser feitas com maior desafogo porque a vinha poderá fazer papel de banco ou sócio capitalista proporcionando, com o seu maior rendimento algum encaixe com que o agricultor poderá melhorar as condições das outras culturas” (Elvino de Brito – *Assuntos Agrícolas*. Lisboa. 1889. 109). Quer dizer: um bem de interesse garantido mesmo em espaço de pouca dimensão em que a atrofia cerealífera era ainda maior

A presença de uma cultura rentável, com relativa facilidade de escoamento e circulação, foi um dos factores decisivos (com o claro aumento de consumo desta bebida – que muito caracterizou a primeira metade, mas sobretudo a segunda metade de Setecentos. A cultura expandiu-se fácil e rapidamente quando, foram sendo superados os apertos do pão ou quando o pão estava garantido. Para uns, ao nível do mínimo vital, para outros, até de sobejo, pelo encaixe das rendas. É que e na verdade, “todos desejam ver gozar do fruto do seu trabalho ... Ora, a vinha é uma cultura que se mostra brevemente grata ao cultivador” – se dizia ainda em 1893. (*A Revisão*. 23)

Eis algumas das causas fundamentais para que o sector dos vinhos se constituísse numa claríssima contraposição ao que se passou com os cereais e, logo, sucessivamente excedentária, a que um comércio sucessivamente mais activo e alargado permitiu a saca e o interesse, sempre crescentes, da produção. O século XVIII consagrou em Portugal (à semelhança, aliás, do que aconteceu por todo o lado) a expansão por vezes descontrolada dos vinhedos afectando todo o tipo de terrenos. E, no caso Português, mesmo em áreas ou regiões hoje bem promissoras e de grande interesse, mas, nestes tempos ainda, sempre, tidos como de baixa e ou muito baixa qualidade, como eram os chamados vinhos *verdes*, às vezes ditos





e tidos desde o século XVI, como *vinhos azedos* (que, segundo o humanista Sá de Miranda, só a condenados se poderiam servir ...).

A liberalização atingiu a plantação e o comércio. Com um sector cerealífero estagnado em recessão ou em crescimento negativo, a aposta nos vinhos acentuou-se por todo o lado, dentro e fora das regiões tradicionalmente vinhateiras.

Deixemos a *vinhomania* que atingiu o Douro nos finais, ou segunda metade do Século XVIII, (Rebello da Fonseca. 194) e onde extensão dos vinhedos espantaria, sobremaneira, os viajantes. Esse “distrito do vinho”, por excelência “onde se pode viajar um mês (inteiro) sem que se não vejam senão vinhas” (Croft), e venhamos a um espaço, então dito, menos fadado para os vinhos. – o Minho. Ora, mesmo aqui e com essas características gerais, *os ditos azedos* que mais correntemente se tornavam menos procurados nos mercados e sofriam, na verdade, muito menor exportação), o volume e o interesse da sua cultura e produção se transformou igualmente num sector vital entre a mais pletera de culturas e produtos. A sua produção e a sua expressão no terreno e na mesma estratégia doméstica, espantaria também os viajantes nacionais e estrangeiros que percorreram o Entre Douro e Minho. Embora de menor qualidade, a sua cultura era sempre superior às necessidades e embora de menor escoamento, a sua produção e trato foram sempre vantajosos, neste tipo de agricultura do minifúndio.

Mesmo numa situação difícil, (como aconteceu por 1785, com os da Comarca de Viana e os de Monção com visíveis perdas e retracção da produção), se diz que eram eles ainda, mesmo que fracos ou de baixa saída – das “*colunas mais sólidas de que dependem a maior parte dos lavradores da Província de Entre Douro e Minho.* (Doc. em Capela. 11). Lacerda Lobo, que indagava pelo Minho da importância e estado das culturas, surpreende-se com esta extraordinária produção e com a importância dos ditos *azedos* na economia familiar do campesinato. E tudo isto num contexto fundiário extremamente apertado e exíguo. A média da exploração individual andaria aqui pelos finais do Século XIX apenas pelo meio hectare! O limite dos 3/4 hectares para garantir a sobrevivência de uma família de 4 elementos seria a média (baixa, diga-se. Todavia, no genérico do Portugal atlântico particularmente no Entre Douro e Minho era muito menor). Mas, extensões menores seriam viáveis, se bem geridas. Sempre, porém, desde que dispusesse de terrenos para a vinha (Telles, 256-57). A viabilidade passava sempre, pelo cultivo da vinha que se tornava essencial para a sobrevivência e para tão baixa percentagem de terra por família.

Uma realidade e uma importância estratégica de Norte a Sul do país. Eis o testemunho, para o conjunto do Portugal mediterrânico, após o exaustivo estudo

de Albert Silbert. É, de facto, a produção vinícola, por pequena seja, que ainda vai valendo aos camponeses: *“Enfim, em uma agricultura de subsistência, o agricultor conta apenas com um pichel de vinho vendido para equilibrar ou minorar a sua sorte ou orçamento,* (Silbert. I. 121).

Das áreas de eleição às áreas menos fadadas, uma cultura estratégica sempre conveniente, sempre vantajosa, por isso, ao rimo normal dos ciclos, sempre em contínua expansão.

Eis uma cultura e um produto de sucesso numa agricultura bloqueada do Antigo Regime, com graves bloqueios e entraves, alguns dos quais ainda perduram nos nossos dias. Poderemos dizer um sector próspero sobretudo para aqueles que não necessitavam de se preocupar com a produção do *pão nosso de cada dia* que foram segura e provadamente aqueles que mais fortuna chegaram, a fazer. Depois, é certo, não raramente cavalgados pelos interesses do sector mercantil. Mas isso é já outra história que necessariamente passa pela contemplação de todas as vicissitudes do sector: do pequeno ao médio e ao grande produtor e pelo comportamento da produção: das crises de quebra de produção, às crises do excesso, da super-produção. Como era um produto essencialmente direccionado para mercado, sempre à mercê dos interesses e “desinteresses” e estratégias dos aqui instalados. Crises mercantis, naturais ou artificiais, passando pelas adulterações, maleitas e mixórdias de todo o tipo no cabo das quais surgiram por vezes graves problemas sociais à produção. O País do Douro – a região vinhateira por excelência – viu tudo isso desde o Século XVII ao Século XX.

Para amenizar esta sucinta exposição, não resistimos a inserir esta constante e esta dura realidade das crises, do sucesso, das expectativas e do fracasso que matizaram também ao longo dos tempos este sector e que Bulhão Pato tão bem soube descrever e testemunhar na que se viveu nos fins do Século XIX e princípios do Século XX, na versão poética do

Casal do Monte

*Sobre o viso do Monte e dominando o vale  
Alveja o casalito ao pé d' um pinhal  
Quando coube em partilha ao dono que o cultivava  
Era tudo um sarçal; mas tinha agua nativa  
E terreno também de boa condição*

*O dono, inda rapaz, um fero latagão,  
Deitou-se a trabalhar e não largava a enxada*





*Desde que o sol rompia à noite já cerrada*

*.../...*

*Tinha bom lançamento a nova bacelada*

*Era o grande remédio – o pão não dava nada.*

*Mas pôr vinha de manta em chão barroso e duro*

*É canseira cruel! Co´ a mira no futuro*

*Com olhos na filha e trabalho inaudito*

*logrou tornar rendoso, o breve casalito!*

*..... Houve uns anos seguidos  
de colheita feraz; os vinhos bem vendidos  
o parco lavrador, fazendo economias  
sonhava no porvir... descansados dias!*

*(Veio o boléu dos tratos, a intempérie dos céus,  
dos homens o mau governar...)*

*Sonhar, sonhar, sonhar!.. Não há senão sonhar!*

*Co´ as coisas ideais!.. a peste é o despertar”!*

(Bulhão Pato, em “A Arte” N.º.8 1.ºAno Porto. 1896. 116-117).

### III. Vinhos na estratégia política mercantil

Nos inícios do Século XVIII (1703), por sobre uma realidade já consagrada que fazia dos vinhos a principal artigo de exportação, (do Sul, mas principalmente do Norte – Monção e Porto), serviriam eles e os seus interesses para dar livre entrada à indústria inglesa numa troca bem desigual entre produtos manufacturados e um produto de natureza quase colonial. Os vinhos tomariam uma grossa fatia do mercado inglês, constituindo sempre ao logo de todo o Século XVIII, o produto metropolitano de maior valor das exportações para Inglaterra (de 1701 a 1770 representaram uma média de 83% . (Fisher. 211; Sideri. 164 e segs.) de efeitos consideráveis sobre e a economia e a própria política inglesas (Sideri. Passim.112 e outras; W. Walton *Cartas Passim*). Constituiriam também tratos de muito interesse para outros destinos. Pelos finais do Século XVIII serviriam para conquistar, pela primeira vez, os mercados e circuitos dos mares do Báltico de penetração assaz difícil. (A Oliveira, *Breves reflexões*).

Os movimentos de exportação têm sido tomados e aferidos quase em exclusivo pelos caudais e importância dos vinhos do Porto. Já se adiantou que a exportação

dos do Porto representava, a meados do Século XVIII,  $\frac{3}{4}$  de todo o vinho exportado (Andrade Martins, *Memória*. 27).

Sendo daqui o caudal mais elevado, desconhecem-se na realidade, os valores de exportação de outros vinhos, de outras regiões, sempre em crescendo até às leis de proibição de exportação pombalinas que atingiram gravemente, regiões vinhateiras de grande tradição e qualidade como eram os de Monção cujos vinhos por 1730 eram ainda grandemente procurados pelos comerciantes de Inglaterra.

A serem assim os valores encontrados para os do Porto, só os da Madeira, (isto é, sem contar com outros nacionais) no período de 1777 a 1782 completariam, na prática, o outro quarto, mas com uma distorção considerável no seu valor relativamente aos da Metrópole. (A Oliveira, *Os vinhos na Madeira*).

Na segunda metade do Século XIX, o maior quinhão dos produtos exportados continua a repousar nos vinhos: reforçando a componente essencialmente agrária das exportações portuguesas: de metade a  $\frac{1}{3}$  do total das exportações entre 1865 e 1889. (Em 1855 60% de toda a exportação = uns  $\frac{2}{3}$  de toda a exportação dos géneros agrícolas (70,2%).

Não é só a principal exportação, como a única importante deixando os outros produtos metropolitanos a grande distância. Valores sempre em roda dos 75% de toda a mais exportação. Exportam-se de todo o lado, mas são os do Douro que levam a parte de leão tomando 72 a 54% daquela exportação (Miriam. 245-245 e segs.).

Com a implantação da República mantém-se a mesma realidade agrícola e mercantil respeitante aos vinhos, reforçando mesmo em alguns anos essa componente.

Passamos aqui em branco todas as vicissitudes da produção para dizer, tão somente, que na década de vinte do século XX mais de 50% do valor de todas as exportações nacionais continua ainda a repousar nos vinhos. A produção de uma média de exportação de umas 67,500 pipas durante a década de vinte (1920-1930), a média subiria para as 88.300 pipas entre 1971 e 75). Depois de desmantelado o sistema regulador Corporativo em 1974, atingir-se-iam em 1980 as 132.300 pipas carregando ainda mais o peso no valor das exportações do País. (A Oliveira, *Douro País vinhateiro*. 243).

Na realidade, por entre a sequência normal de surtos e crises, uma importância crescente desta componente do sector agrícola nacional dentro do Antigo Regime à actualidade. Baco, na verdade, salvou o Reino e tem salvado a República (e enquanto os cereais quase que tendem a desaparecer ou a tornarem-se remanescentes. Só com subsídios – dos outros – se mantém, agora, alguma produção).

Este um sector próspero e de assinalável e continuo sucesso – que não quer dizer linear – dentro da agricultura nacional do Antigo Regime à actualidade: *Salve* a Baco que “salvou” os municípios, salvou o Reino e tem salvado a República!





## Bibliografia ( Sumária)

- Andrade**, Anselmo, *Portugal Económico*. Lisboa. 1902.
- Azevedo**, Lúcio de, *Épocas de Portugal Económico*. Lisboa. 1929.
- Avila**, Arthur Lobo D', *A Protecção à Agricultura e o Commercio dos Cereaes*. Lisboa. 1886.
- Balbi**, Adrien, *Essai Statistique sur le Royaume de Portugal*. Paris. 2 vols. 1822.
- Barros**, Dr. João de, *Geografia de Entre Douro e Minho e Trás os Montes (1545)*  
– Biblioteca Pública Municipal do Porto. Porto. 1919.
- Barros**, Henrique de, *O Problema do Trigo*. Lisboa. 1944.
- Cardoso**, António Barros. *Baco e Hermes. O Porto e comércio interno e externo dos vinhos do Porto. 1700-1756*) 2 vols. Porto. 2001.  
– *A normalização do comércio de vinhos do Douro. (Da “crise” comercial de 1754 à Instituição da Companhia dos Vinhos)*. Em “História. Revista da Faculdade de Letras do Porto”. II Série Vol. 3. Porto. 2002. 63-95.
- Campos**, Ezequiel de, *O Enquadramento geo-económico da População Portuguesa através dos Séculos*. Lisboa. 1943.
- Capela**, José Viriato, *Produção e comércio do vinho dos Arcos. 1750-1850*.  
– *Alguns dados e problemas*. Arcos de Valdevez. 1984.  
– *Um Documento histórico. Tentativa setecentista para a organização dos mercados dos vinhos verdes*. CVRVV. Porto. 1981.
- Coruche**, Visconde de, *A Agricultura e o Paiz*. Lisboa. 1886.
- Corvo**, João de Andrade, *O Commercio dos Cereaes*. Lisboa. 1864.
- Costa**, B. C. Cincinato da – *Le Portugal au point de vu agricole*. Lisboa. 1900.
- Godinho**, Vitorino Magalhães, *Prix et Monnaies au Portugal. 1750-1850*. Paris. 1955.
- Fisher**, E. H. S., *De Methuen a Pombal, O Comércio Anglo-Português de 1700 a 1770*. Gradiva. Lisboa. 1984.
- Guerner**, Christovão, *Discurso Historico e Analytico sobre o Estabelecimento da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro*, Lisboa. 1814.
- Justino**, David, *A Formação do Espaço económico Nacional 1810-1913*. Ed. Veja. Lisboa. 1989.
- Lapa**, João Ignacio Ferreira, *Tecnologia Rural*. Lisboa. 1868-1871.
- Leão**, Duarte Nunes do, *Descripção do Reino de Portugal*. Lisboa. 1610.
- Livre Commercio de Cereaes e a Agricultura Portugueza. Lisboa. 1865.**
- Macedo**, Jorge Borges, *O Bloqueio Continental. Economia e Guerra Peninsular*. Delfos. Lisboa. 1962.
- Magalhães**, Joaquim Romero de, *O Algarve Económico. 1600-1773*. Lisboa. 1990.
- Marques**, A H. de Oliveira, *Introdução à Historia da Agricultura em Portugal*. Cosmos. Lisboa. 1968.
- Martins**, Conceição Andrade, *Memória do vinho do Porto*. Lisboa. 1990.
- Morais**, Teixeira de Moraes, *Balanças Geraes do Comércio de Portugal 1783-1801*. (Ms. 90-91 da Biblioteca Pública Municipal do Porto).
- Mordau**, D. Luiz Ferrari, *O Despertador da Agricultura de Portugal*. Ed. M. B. Amzalak. Lisboa. 1951.

- Oliveira, Aurélio de, *A Abadia de Tibães 1630/80-1813. Propriedade exploração e produção agrícolas no Vale do Cávado durante o Antigo Regime*. Porto. 1979. 2 vols.**
- *Breves reflexões acerca do comércio entre Portugal e a Suécia (fins do século XVIII, princípios do século XIX)*. Braga. 1980.
  - *Níveis de produção vinícola no Entre-Douro-e-Minho. 1626-1822*. CENPA. Porto. 1986.
  - *Clima e colheitas em Portugal (1500 1850)*. Lisboa. 2005
  - *Douro País Vinhateiro. Da produção ao comércio. (Algumas considerações)*. Porto. 1993.
  - *História do Douro. (Capítulos para a)* No Prelo.
  - *Os vinhos e os cereais na Madeira. 1777-1786*. III Simposium Internacional de História da Vinha e do Vinho. Funchal. 2003. Actas.
  - *Pombal, o Arcebispo e os vinhos*. Porto. 1995.
  - *As Actividades económicas em Portugal na segunda metade do século XVIII*. Em História de Portugal. Direc. de A H. de Oliveira Marques (No Prelo).
  - *O tempo económico no tempo de Gil Vicente*. Revista de Guimarães. Vol. 112 Guimarães. 2002.
  - *D. Fr. Bartolomeu dos Mártires. (1559-1582) ("Revista de História" da Faculdade de Letras do Porto. II. Série. Vol. XIV. Porto. 1977)*. Ainda
  - *O pão e o Vinho no País do Douro. 1500-1820*. Em "Douro. Estudos e Documentos". Ano de 2005. GEHVID. Porto. 2006.
- Oliveira, João Nunes de, *A Beira Alta de 1700 a 1840. Gentes e subsistências*. Coimbra. 1997. 2 vols.**
- Pereira, José de Campos, *A propriedade rústica em Portugal. Superfícies. Produções. Rendimentos. Valores*. Lisboa. 1915.**
- Pereira, Miriam Halpern, *Livre Câmbio e desenvolvimento económico*. Cosmos. Lisboa. 1971.**
- Pery, Gerardo, *Geographia e estatística geral de Portugal*. Lisboa. 1875**
- Regimen dos Cereaes**. Lisboa. 1899.
- Reis, Jaime, *A lei da fome. As origens do proteccionismo cerealifero (1889-1914)*. Análise Social. 2ª Série. Lisboa. 1979.**
- Revisão (A) da Lei dos Cereaes**. Lisboa. 1893.
- Ribeiro, Orlando, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. Lisboa. 3ª ed. 1967.**
- Santa Ritta, Gonçalo, *Portugal Agrícola e problemas Humanos*. Lisboa. 1979.**
- Shillington, V. M. e Chapmann, *The Commercial Relations of England and Portugal*. London.**
- Sideri, Sandro, *Comércio e Poder. Colonialismo informal nas relações anglo portuguesas*. Cosmos. Lisboa. 1970.**
- Silva, Luiz Augusto Rebelo da, *Memoria sobre a População e a Agricultura de Portugal*. Lisboa. 1868.**
- *História de Portugal nos Séculos XVII e XVIII*. Lisboa. 1860.
- Silbert, Albert, *Le Portugal Méditerranéen à la fin de l'Ancien Régime*. INIC. Lisboa. 1978. 3 vols.**
- Telles, Bazilio, *Carestia da Vida nos Campos*. Porto. 1904.**
- *O problema Agrícola*. Porto. 1899
- Walton, William, *Cartas (Primeira e Segunda) dirigidas ao Conde Grey y*. Lisboa. 1832.**
- Vilarinho de S. Romão, Visconde, *O Minho e suas culturas*. Lisboa. 1902.**
- *Portugal Agrícola*. Lisboa. 1889.